

## A CONDIÇÃO EXÍLICA E A SUBVERSÃO DAS FRONTEIRAS SIMBÓLICAS:

*EVA LUNA DE ISABEL ALLENDE*

*Liz Basso Antunes de Oliveira<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Este artigo objetiva compreender a influência da condição exílica para a construção identitária subversiva da protagonista-narradora de *Eva Luna* (2014) de Isabel Allende, que rompe com os padrões comportamentais designados às mulheres nas sociedades patriarcais. Para tal fim, primeiramente apontou-se para as fronteiras simbólicas impostas a fim de perpetuar a dominação masculina, mais especificamente no Chile. Em seguida, encaminhou-se o olhar para a fronteira entre o espaço público e privado, que restringiu as mulheres ao confinamento doméstico durante séculos e, em consequência, as submeteu à diversas outras limitações. Para isso, as perspectivas do sociólogo Pierre Bourdieu (1998) e da socióloga chilena Julieta Kirkwood (1983) foram essenciais. Com fundamento no reconhecimento das demarcações de espaços diferenciados para desenvolvimento dos papéis sociais opostos entre os sexos e a divisão hierárquica que as restringe às características menos relevantes, parte-se para a análise da condição exílica na personagem Eva Luna. Compreende-se condição exílica como a sensação de estar fora do lugar, ou invadindo o território do Outro. Por fim, observou-se que os constantes deslocamentos realizados pela personagem, a partir da orfandade aos seis anos de idade, surtem efeitos subversivos sob sua identidade enquanto mulher.

**Palavras-chave:** Fronteiras Simbólicas; Literatura de Resistência; Mulheres.

## EXILIC CONDITION AND SUBVERSION OF SYMBOLIC BORDERS: EVA LUNA DE ISABEL ALLENDE

**ABSTRACT:** This work aims to understand the influence of the exile condition in the construction of the subversive identity of the protagonist-narrator of *Eva Luna* (2014) by Isabel Allende, that breaks with the behavioral patterns assigned to women in patriarchal societies. For this purpose, first were pointed out the symbolic boundaries imposed in order to perpetuate male domination, more specifically in Chile. Then, the look was directed towards the border between public and private space, that restricted women to domestic confinement for centuries and, as a result, subjected them to several other limitations. For this, the perspectives of the sociologist Pierre Bourdieu (1998) and the Chilean sociologist Julieta Kirkwood (1983) were essential. Based on the recognition of demarcation of differentiated spaces for the development of opposing social roles between the sexes and the hierarchical division that restricts women to less

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação, *Stricto Sensu*, em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Bolsista CAPES. Licenciada em Letras Português/Inglês e suas respectivas literaturas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: [liz.basso.oliveira@gmail.com](mailto:liz.basso.oliveira@gmail.com).

relevant characteristics, the research leads to the analysis of the exile condition in the character Eva Luna. Exile condition is understood as the feeling of being out of place, or invading the territory of the Other. Lastly, it was observed that the constant displacements performed by the character, since orphanhood at six years of age, causes subversive effects on her identity as a woman.

**Keywords:** Symbolic Borders; Resistance Literature; Women.

## INTRODUÇÃO

Por meio da identificação dos processos de desterritorialização experienciados pela protagonista narradora da obra *Eva Luna* (2014) da chilena Isabel Allende, observou-se a subversão dos valores patriarcais que limitaram as mulheres durante séculos no âmbito doméstico. A personagem sofre opressões de gênero correlacionadas às opressões de classe social e, desta forma, ao contrário de apresentar aceitação do espaço aparentemente destinado a ela, atua resistindo. Desta forma, objetivou-se compreender a influência da condição exílica vivenciada pela protagonista, para o movimento de resistência que a leva a subverter valores das sociedades patriarcais.

Para isso, primeiramente buscou-se apresentar o conceito de patriarcado e, o instrumento de perpetuação do sistema hierárquico exercido através da fronteira simbólica imposta entre o público e o privado, que reserva às mulheres o âmbito familiar. Amparou-se principalmente nas perspectivas da socióloga chilena Julieta Kirkwood (1983), do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998), da historiadora francesa Michelle Perrot (2007). A representação da fronteira simbólica entre o espaço privado e o espaço público em *Eva Luna*, indicam a percepção da profunda relação entre estas instituições sociais e a dominação masculina, abarcadas por Pierre Bourdieu, como um sistema simbólico de oposição no qual se ampara o argumento de subalternidade feminina como aspecto essencial das características das mulheres.

Em seguida, foi realizada a análise da personagem narradora Eva Luna, por meio das noções apresentadas anteriormente, dialogando com a ótica do historiador e crítico literário Alfredo Bosi em *Literatura e Resistência* (2002) e da pesquisadora e doutora em Letras Lúcia Osana Zolin (2018), essenciais para a compreensão da condição exílica e da resistência enquanto aspecto ético da literatura. Por fim, foi observado que os

constantes deslocamentos realizados pela protagonista, surtem efeitos subversivos sob sua identidade enquanto mulher.

## AS FRONTEIRAS DO PATRIARCADO

Em seu livro de memórias, *Meu país inventado* (2003), Isabel Allende dedica-se a apresentar seu país de origem por meio de recordações. Confessa a presença da nostalgia pela pátria perdida em suas obras literárias, o caráter chileno e a história, no entanto no presente artigo, será utilizado para demonstrar a visão da autora a respeito do patriarcado no Chile, exposta principalmente no capítulo intitulado *Sereias olhando o mar* (2003, p. 69-79), no qual confessa ter inspirado quase todas as personagens femininas de seus romances em chilenas com as quais trabalhou, ou para as quais trabalhou durante os anos em que viveu no Chile.

Segundo ela (2003, p. 73-74), apesar da personalidade livre e organizada das mulheres chilenas, que atualmente competem em pé de igualdade com os homens no campo do trabalho, ao mesmo tempo em que dirigem suas famílias, o Chile continua sendo um país machista, no qual as mulheres precisam fazer o dobro do esforço dos homens para alcançar apenas metade do reconhecimento que a eles é destinado, desta forma, a grande maioria das mulheres continua sendo marginalizada.

A personagem-narradora da obra a ser analisada, parece representar a marginalização sofrida pelas mulheres das camadas sociais mais baixas do Chile, já que era filha da empregada doméstica, Consuelo, e que se tornando órfã precocemente, se vê desamparada, precisando trabalhar exercendo funções domésticas aos sete anos de idade e por vezes, chegando a morar na rua. Deste desamparo, repercutem diversas formas de dominação, demonstrados por meio das violências simbólicas que outros personagens aplicam em Eva. Mesmo assim, a personagem Eva, personificação de muitas das características femininas descritas por Allende em *Meu país inventado*, na adultidade consegue reverter a situação de desigualdade para si por meio da resistência.

Tais desigualdades entre os sexos não se restringem ao Chile, fazendo com que os instrumentos que mantêm o patriarcado vivo, sejam objetos de estudo para diversas áreas do conhecimento humano, bem como para o antropólogo e sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), que dedicou *A dominação masculina: a condição*

*feminina e a violência simbólica* (1998) a compreender como a estrutura social de dominação dos homens sobre as mulheres se estabelece, percorrendo práticas e métodos que resultam na incorporação da dominação masculina. Afirma que apesar da aparência de naturalidade, as divisões sexuais nada têm de biológicas, mas são reforçadas por meio das violências simbólicas. Dialogando com outras teóricas que possibilitam a aproximação com as características próprias do patriarcado chileno, as memórias de Allende em *Meu país inventado* (2003) e a teoria de Bourdieu (1998) auxiliam no aprofundamento dos aspectos que se referem ao patriarcado presentes na obra *Eva Luna* e que, por consequência, causaram os movimentos de resistência da personagem.

A socióloga e feminista chilena Julieta Kirkwood dizia “Somos malfeitas do patriarcado” (LARGO, 2017, p. 121), no intuito de iniciar o desmonte da hierarquia legitimada e convocar as mulheres para o abandono das limitações impostas pela máquina simbólica que as designa características inferiores e insatisfatórias comparadas às dos homens nas culturas patriarcais. Mas afinal, o que é o patriarcado? Este termo amplamente utilizado pelos estudos feministas de maneira heterogênea, é apontado por Morgante e Nader em *O patriarcado nos estudos feministas* (2014) como um conceito que abrange a dominação e a exploração das mulheres e se refere ao poder e dominação dos homens sobre as mulheres. Segundo as autoras, o patriarcado é um termo capaz de visualizar a amplitude da dominação, que se espalha desde a esfera familiar, até o âmbito trabalhista, político e midiático, compondo, desta forma, a dinâmica social inculcada no inconsciente de ambos os sexos individualmente e, ao mesmo tempo, nas categorias sociais que compõe a consciência coletiva.

Para Thomas Bonnici (2007, p. 198), o patriarcado é definido na teoria feminista como “o controle e a repressão da mulher pela sociedade masculina e parece constituir a forma histórica mais importante da divisão e opressão social”. Nesta perspectiva, o poder e a agressão masculinos são legitimados e perpetuados por um conjunto universal de instituições.

As desigualdades inerentes às sociedades patriarcais, baseiam-se na ideia de inferioridade essencial das mulheres (objeto, instrumento), e, portanto, na superioridade essencial dos homens (sujeito, agente), justificando assim, as fronteiras entre os espaços femininos e masculinos, como aponta Bourdieu (1998, p. 76):

O princípio da inferioridade e da exclusão da mulher, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, a do *sujeito* e do *objeto*, do *agente* e do *instrumento*, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico.

Ainda segundo Bourdieu (1998), o patriarcado estrutura-se na divisão entre atividades e coisas masculinas e femininas, características sempre opostas que se assemelham apenas na diferença, partindo do princípio masculino como medida para todas as coisas, ou seja, toda característica engendrada ao simbolismo masculino é positiva, enquanto que na estrutura de oposição, tudo que simboliza o feminino é negativo. Para ele, esta ordem social funciona como uma *máquina simbólica*, que exerce o papel de distribuir as atividades, os locais, os momentos, os instrumentos atribuídos a cada um dos sexos, sendo o espaço público reservado aos homens, enquanto o espaço privado é reservado às mulheres.

Estes espaços que separam o que pertence ao universo masculino do que pertence ao universo feminino estão inscritos, ao mesmo tempo, na objetividade e na subjetividade, pelas quais os seres humanos apreendem o mundo social. É por meio de esquemas de pensamentos que permanecem registradas as diferenças inscritas na objetividade, dando-lhe caráter de naturalidade, à medida que as diferenças simbólicas são construídas justificadas na diferença biológica (BOURDIEU, 1998).

Esta lógica de naturalidade reproduzida por pensadores de linhas filosóficas e adiciona-se aqui, escritores de ficção, atribui legitimação aos esquemas simbolizados por meio da representação, por vezes não percebendo os mecanismos profundos nos quais está estruturado o patriarcado, mas que em outras os discursos e ideologias são intencionais (BOURDIEU, 1998, p. 23).

Segundo Bonnici (2007, p. 198) o patriarcado manifestado na literatura ocidental apresenta a predominância de autores masculinos, que representaram as mulheres em personagens relegadas aos “estereótipos tradicionais baseados na biologia e nas convenções tradicionais; na hierarquização do binarismo, onde o ser é o masculino localizado no centro, enquanto a mulher é o outro localizado na margem”.

A marginalização das mulheres, se reafirma por meio da incorporação de características que as propõe resumir a si próprias ao âmbito doméstico. Segundo

Kirkwood (1983, p. 12), às mulheres chilenas são atribuídas simbologias como *madre de la chilenidad, cauteladora de la gran familia que es la patria, defensora de sus hijos, mujer: levántate y lucha por los tuyos*. Tais simbologias evidenciam os efeitos pretendidos pelo patriarcado sobre a formação identitária das mulheres chilenas.

A historiadora francesa Michelle Perrot (2006, p. 16-17) demonstra que a invisibilidade das mulheres, e, portanto, sua falta de participação nas atividades públicas e a sua ausência dos registros históricos, relacionam-se justamente com o confinamento e atuação em família: “Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a *stasis*, a desordem. Sua fala em público é indecente” e completa “Porque são pouco vistas, pouco se fala delas”, apontando também para o seu silêncio, já que seu acesso à escrita foi tardio e por isso, deixaram poucos vestígios diretos. Até a gramática contribui para ausência de registros da participação das mulheres na história: “Quando há mistura de gêneros, usa-se o masculino plural: *eles* dissimula *elas*” (PERROT, 2006, p. 21).

Desta maneira, a seguir serão aprofundados os efeitos da *Fronteira entre o público e o privado*, para que seja possível compreender melhor o confinamento e o silêncio das mulheres relacionados aos traços identitários que as caracteriza como passivas e inferiores.

## A FRONTEIRA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Relacionando as dimensões política, feminista e popular, Julieta Kirkwood (1983) analisa aspectos que compõe a realidade das mulheres chilenas em meio à ditadura militar, revelando esquemas da lógica patriarcal que não impuseram o autoritarismo apenas por meio das forças militares, mas também através de todas as outras formas autoritárias presentes na sociedade civil, tornando as mulheres o grupo mais propenso ao conservadorismo social e ao autoritarismo. Um dos instrumentos apontados por ela, sobre o qual se baseava o patriarcado tradicional chileno, reforçado durante a ditadura (época em que a novela *Eva Luna* foi escrita), foi o confinamento feminino:

[...] a ideologia tradicional, conservadora, proporcionava um modelo coerente a situação real hierárquica, disciplinaria, limitante, que implicava a vivência dos papéis femininos no interior da família, para todas as classes sociais. A

ideologia tradicional autoritária, ‘imobilista’, cauteladora da ‘ordem’, corresponde com uma prática concreta rígida e fechada a mudanças (KIRKWOOD, 1983, p. 6) (tradução nossa).<sup>2</sup>

Tal como observado na perspectiva de Bourdieu (1998), Kirkwood (1983) destaca que os ‘obstáculos’ encontrados pelas mulheres para participar da vida pública são justificados em argumentos biológicos, nos quais se ampara a oposição entre afetividade (mulheres) e razão (homens). Enquanto que o privado é visto como lugar do domínio da afetividade e da individualidade - qualidades relacionadas a elas no sistema simbólico de oposição -, e, portanto, excluído do âmbito público. Qualidades como as citadas anteriormente, *de donas do poder do afeto, do poder da casa, da chantagem emocional*, as inserem inevitavelmente no espaço familiar. Além disso, Kirkwood (1983, p. 9), afirma que outro motivo para que elas se entediam daquilo que é público, é por terem consciência de que nunca poderão tomar o poder.

Outro instrumento do esquema patriarcal parece ser a falta de representatividade das mulheres participativas na ciência histórica. Assim, Perrot (2007, p. 16) relaciona a falta de registros da participação feminina na história com a sua ausência dos lugares públicos, que durante muito tempo foram os únicos relatados. Descreve-as como invisíveis: “Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranqüila” (PERROT, 2007, p. 17). Além disso, enquanto não tiveram acesso à palavra escrita, não tinham instrumentos para se incluírem na história, como fez Michelle Perrot e tantas outras historiadoras atuais, contribuindo durante muito tempo para que as mulheres não se identificassem com os espaços e características que interessavam à História, ou seja, enquanto não eram incluídas na história, não se identificavam com ela, se desinteressavam dos assuntos públicos, e aparentavam carregar as características essenciais engendradas a elas pelo patriarcado, formando um ciclo aparentemente inesgotável.

---

<sup>2</sup> [...] la ideologia tradicional, conservadora, proporcionaba un modelo coherente a la situación real jerárquica, disciplinaria, constreñida, que implicaba la vivencia de los roles femeninos al interior de la familia, para todas las clases sociales. La ideologia tradicional autoritária, ‘inmovilista’, cauteladora del ‘orden’, se corresponde con una práctica croncreta rígida y cerrada al cambio (KIRKWOOD, 1983, p. 6) (texto original).

É claro, que este ciclo em parte foi rompido, mas para que isto ocorresse, foi necessário repensar diversos aspectos da sociedade. Kirkwood (1983, p. 16) expõe que a primeira pauta das feministas chilenas para o início da reformulação da sociedade foi justamente a negação do que separava o público do privado, a fim de recuperar e/ou buscar uma identidade renovada e mais ampla para as que estavam submersas nestes lugares invisíveis. Junto a isso, negavam sua situação de dependência, negavam sua condição de alteridade e de objeto, negavam a individualização dos problemas femininos e negavam a condição de improdutiva atribuída às mulheres (KIRKWOOD, 2007, p. 16-17).

Apesar das conquistas por espaços de atuação pública, Bourdieu (1998, p. 71) aponta para o instrumento simbólico da *vocação*, que parece substituir o papel da exclusão expressa, causando certa rejeição aos lugares e assuntos públicos, condenando-as à discriminação quando adentram espaços considerados masculinos, como as assembleias. Segundo ele, a *vocação* atua de maneira *quase igualmente eficaz* no distanciamento das mulheres dos espaços políticos, “por meio de uma espécie de agorafobia socialmente imposta, que pode subsistir por longo tempo depois de terem sido abolidas as proibições mais visíveis”. Observa-se a partir disso, os efeitos duradouros que as fronteiras entre o masculino e o feminino exercem sobre a sociedade, mesmo quando os instrumentos de dominação já não são explícitos. “As mulheres são excluídas de todos os lugares públicos, assembleia, mercado, em que se realizam os jogos comumente considerados os mais sérios da existência humana, que são os jogos de honra” (BOURDIEU, 1998, p. 86).

Concordante a isto, Isabel Allende (2003, p. 72) destaca que a maior parte das mulheres chilenas “tem vocação para mártir: são as primeiras a sair da cama a fim de servir à família e as últimas a deitar-se; sentem orgulho de sofrer e sacrificar-se”. Assim, o sentimento de orgulho pelos próprios sacrifícios, no caso das mulheres confinadas, relaciona-se ao aspecto da *vocação* citado por Bourdieu. Nesta perspectiva, a vocação trabalha para reafirmar a ideia de que é no ambiente familiar que as mulheres podem ser valorizadas, entretanto, os afazeres domésticos continuam sendo desvalorizados e invisíveis.

O reconhecimento da fronteira entre o público e o privado, encaminhou as mulheres ao rompimento das barreiras impostas, por meio da luta feminista, que se

impõe através de inúmeros instrumentos, buscando denunciar as práticas que as colocaram em uma posição inferiorizada, transformando e ampliando, desta maneira, as possibilidades da formação da identidade feminina. Ouvindo o eco dos gritos abafados de suas antepassadas e observando as estruturas que se perpetuavam, buscaram encontrar suas próprias vozes para romper o silêncio com êxito e sem violência.

Isto se deu também por meio da literatura escrita por mulheres, que a partir da conquista da cultura escrita, puderam inscrever a si próprias pela primeira vez e, assim, trataram de representar as mulheres por meio de personagens muito mais complexas do que as criadas por autores homens. Segundo Luiza Lobo (1997), retratando experiências afastadas “das atividades tradicionalmente consideradas ‘domésticas’ e ‘femininas’ e ainda de outros estereótipos do ‘feminino’ herdados pela história, voltando-se para outros assuntos habitualmente não associados à mulher até hoje” a *literatura feminista* é capaz de causar transformações sociais.

## A SUBVERSÃO DE *EVA LUNA*

A escritora ou escritor que emprega na própria escrita o conceito ético da resistência, procura assinalar valores e antivalores do seu meio. Alfredo Bosi (2002, p. 120) aponta para aquele que pretende transformar a trama social conforme é motivado por valores. Entende-se valores como “objeto da intencionalidade da vontade, é a força propulsora das suas ações. O valor está no fim da ação, como seu objetivo; e está no começo dela enquanto é sua motivação”. Segundo ele, o ser humano de ação, coloca os valores em prática necessariamente associados à verdade, enquanto que a escritora ou escritor utilizam-se também da liberdade inventiva para representar os valores que deseja. Desta maneira, as possibilidades para o romancista são ainda maiores, já que trabalha não apenas com a realidade, mas também com a criatividade:

Ele dispõe de um espaço amplo de liberdade inventiva. A escrita trabalha não só com a memória das coisas realmente acontecidas, mas com todo o reino do possível e do imaginável. O narrador cria, segundo o seu desejo, representações do bem, representações do mal ou representações ambivalentes. Graças à exploração das técnicas do foco narrativo, o romancista poderá levar ao primeiro plano do texto ficcional toda uma fenomenologia de resistência do eu aos valores ou antivalores do seu meio.

A partir do momento em que o romancista molda a personagem, dando-lhe aquele tanto de caráter que lhe confere alguma identidade no interior da trama, todo o esforço da escrita se voltará para conquistar a verdade da expressão. A exigência estética assume, no caso, uma genuína face ética (BOSI, 2002, p. 121-122).

Observa-se assim, a literatura como espaço possível para revelar tudo o que a ideologia dominante procura manter em território subterrâneo para que não ameace sua hegemonia, de forma que a escritora ou escritor encontrem em seu ofício uma maneira singular de resistir frente aos apagamentos da existência e cultura das minorias, ao silenciamento dos que enfrentaram o autoritarismo, à violência simbólica presente em todas as instituições sociais. A literatura exerce resistência quando desmascara injustiças sociais, revelando práticas e sujeitos culturais e políticos que são repelidos de uma vida digna, contribuindo para o questionamento das desigualdades que muitas vezes, nos passam despercebidas, de tão naturalizadas que estão. Por isso, a resistência em geral é engendrada à literatura, quando é realizada em lugares de crise intensa, como períodos de guerra, ditaduras, repetidas violências e recessões econômicas.

*Eva Luna* (2010) de Isabel Allende parece encaixar-se em vários destes impulsos criadores. Primeiramente, porque a obra foi escrita originalmente em 1987, período em que o país de onde se exilou, estava experienciando uma das ditaduras militares mais cruéis conhecidas pela América Latina, ao mesmo tempo em que a trama da obra se passa em período ditatorial. Além disso, a protagonista-narradora sofre repetidas violências de gênero e de classe, desmascarando por meio de outras personagens a face intolerante e preconceituosa da sociedade chilena, a qual Eva virá a resistir em busca de sobrevivência.

Eva Luna atravessa as fronteiras simbólicas em que aparentemente está presa, e que a inserem em um destino de opressão, tanto no que se refere às amarras de gênero quanto às recessões econômicas que enfrenta. Do desamparo a partir da morte da mãe, Eva é submetida à condição de desterritorialização, no ir e vir de sua trajetória desde os sete anos de idade.

Lúcia Osana Zolin (2018, p. 75) observando o fazer literário das mulheres contemporâneas no Brasil, observa a condição exílica como temática frequente e discorre sobre as consequências de tais desdobramentos para as personagens:

[...] a referida pulsão de errância funciona como estratégia de afirmação de si como sujeitos de suas histórias, de modo que o deslocar-se nos parece sinalizar autonomia, agência, bem como capacidade de repudiar os confinamentos compulsórios de certos sistemas políticos, ideológicos e/ou familiares que aprisionam em nome de seus valores e de seus afetos. Seja como for, a pulsão de errância, como sugere o sociólogo francês<sup>3</sup> acima citado, tão recorrentemente representada nessas narrativas, parece implicar uma espécie de insurgência contra o compromisso de residência que prevaleceu durante toda a modernidade, em que as massas foram domesticadas, assentadas no trabalho e fixadas no seu devido lugar, de onde poderiam ser mais facilmente dominadas.

Apesar de Eva Luna não representar a condição exílica por vontade própria, motivada pela reconstrução identitária (como a maior parte dos exemplos citados por Zolin), mas sim e principalmente pela perda da proteção materna desde a infância, o desdobramento da trama envolvendo o deslocamento praticamente contínuo da personagem parece ter resultados parecidos com os descritos pela autora.

Aos seis anos a mãe de Eva morre e, a partir disso, fica aos cuidados de sua madrinha, a cozinheira da casa onde sua mãe trabalhava como empregada doméstica. Um ano depois, a madrinha julga que Eva já está madura o suficiente para começar a trabalhar e passa a explorá-la financeiramente enquanto a protagonista exerce funções domésticas na casa de dois irmãos *solteirões*, passando a viver com eles na casa. Nunca chega a ver a cor do mísero salário que deveria receber. Cada centavo era entregue diretamente para a madrinha, que desaparecia o restante do mês.

Em um determinado momento, Eva ainda criança está parada silenciosamente observando uma pintura fixada na parede, quando a dona da casa despeja toda a água suja que havia no balde, após a limpeza, para que Eva voltasse ao trabalho. Além disso, a solteirona a violenta fisicamente, no que Eva reage. Ao perceber que havia arrancado boa parte do couro cabeludo da patroa, a protagonista foge e passa sua primeira noite na rua (ALLENDE, 2014, p. 65).

A partir daí, Eva Luna inicia um percurso de idas e vindas, entre casas alheias e a rua. Poucos anos depois, de volta ao lar dos solteirões, a qual a madrinha exigiu que voltasse, reflete sobre a condição de confinamento em que se encontra e, percebe-se atraída pela rua:

---

<sup>3</sup> O sociólogo francês mencionado é Michel Maffesoli.

A rua era bem mais atraente do que essa casa onde a vida transcorria tediosa, com rotinas repetidas sempre ao mesmo passo lento, os dias colados uns aos outros, todos da mesma cor, como o tempo dos hospitais. À noite, olhava para o céu e imaginava que conseguia transformar-me em fumaça, para deslizar entre as barras da grade muito unida. Brincava que um raio de lua me caía nas costas e me brotavam asas de pássaro, duas enormes asas emplumadas para empreender vôo (ALLENDE, 2014, p. 75).

Esta passagem demonstra o discernimento, já durante a infância, sobre a fronteira simbólica imposta entre o espaço público e o espaço doméstico, relacionando o espaço doméstico, reservado às mulheres, à rotina desestimulante, ao espaço dos acontecimentos ordinários. A personagem comparando sua experiência no espaço público com o cotidiano vivenciado no lar, no qual precisava comportar-se como adulta, e, principalmente, como submissa à sua patroa, instiga sua imaginação sonhando com a liberdade. Esta situação repete-se algumas vezes durante a juventude de Eva e, em várias delas, a personagem se depara com violências simbólicas aplicadas pelos diversos empregadores. Em alguns destes episódios, chega a escolher retornar ao desamparo da rua, a se submeter.

Exemplo disso, é quando a madrinha a coloca para trabalhar na casa de um ministro que já tem demasiados empregados. Assim, Eva exerce duas únicas funções: lustrar os sapatos e recolher o urinol do patrão todas as vezes que estivesse cheio, para descartar o conteúdo. Ao contrário do que se imagina, o patrão não tem nenhuma deficiência, apenas escolhe não se levantar para ir até o banheiro, tornando o ato de obrigar uma terceira pessoa a recolher os seus dejetos, um ato de humilhação. Eva Luna não demora a perceber a violência simbólica que aquela prática exercia sobre ela e novamente reage:

Da maneira mais tranquila, como se fosse um ato de todos os dias, ergui o recipiente e despejei seu conteúdo sobre o ministro de Estado, livrando-me da humilhação com um só movimento do pulso. Por um longo momento ele permaneceu imóvel, de olhos arregalados.

- Adeus, senhor! (ALLENDE, 2014, p. 114).

Eva retorna para a rua, decidida a nunca mais procurar acolhimento de sua madrinha, que na verdade nunca havia dado. Procura invocar a presença da mãe, para que ganhasse coragem perante o desamparo. Desta maneira, Eva Luna parece

representar a personagem que age conforme seus valores, demonstrando o teor subversivo da ordem natural, que a levaria a cumprir um destino de repressão, do qual tem consciência.

Assim, a condição de desterritorialização sofrida pela personagem, parece representar a ultrapassagem dos limites impostos por meio das fronteiras simbólicas que amparam a subalternidade feminina, que as confinou no âmbito familiar, restringindo suas experiências de vida, seus conhecimentos, aos afazeres ordinários e que, por consequência as silenciou e apagou da ciência histórica durante séculos, como apontado no tópico anterior por meio das reflexões de Michelle Perrot (2007). O sistema simbólico do qual fala Bourdieu (1998), transcorre todas estas e outras instituições sociais. Neste artigo, a fronteira entre o espaço privado e o espaço público foi enfatizada a fim de demonstrar como a condição exílica ou de desterritorialização parecem contribuir com a representação da resistência frente às amarras de gênero e de classe social sofridas por Eva Luna.

Enquanto a condição de desabrigada da personagem protagonista impulsiona consequências, a sua relação com a contação de histórias estimulada pela mãe antes da morte, a proporciona sobrevivência. É por meio da criação de histórias, que Eva Luna encontra saídas para as opressões que enfrenta, conquistando amizades e afetos, trocando narrações orais por abrigo, ao passo que permanece analfabeta quase até a adultidade. No desamparo, Eva Luna encontra-se diante de desafios que compõe sua construção identitária, tornando-se uma adulta independente e corajosa, subvertendo o estereótipo de mulher frágil e dependente, amplamente representado pela literatura canônica.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A obra ficcional *Eva Luna* (2014), escrita originalmente em 1987 por Isabel Allende durante seu exílio, devido ao regime autoritário chileno, aponta para a representação subversiva do comportamento feminino por meio da personagem narradora, que sofre diversas opressões de gênero correlacionadas às opressões de classe e, que atua resistindo. Um dos aspectos constatados, foi a interferência da problemática

que a encaminha para a condição exílica, implicando no rompimento da fronteira entre o público e o privado.

O confinamento feminino nas sociedades patriarcais, apresenta consequências identitárias e representacionais no espaço da literatura. Em *Eva Luna*, nota-se o movimento de subversão por meio da desterritorialização, que confere à personagem a percepção de sua própria coragem, enfrentamento e força, desconstruindo o estereótipo feminino recorrente nos escritos literários consagrados pelo cânone. Movimento de resistência que conduz Eva Luna para a construção de sua autonomia e a subversão das características limitantes, impostas por meio dos diversos instrumentos simbólicos que percorrem a estrutura das sociedades patriarcais, que indicam às mulheres o espaço do ordinário como o seu ambiente natural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLENDE, I. **Meu país inventado**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- ALLENDE, I. **Eva Luna**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- BONNICI, T. **Teoria e Crítica Literária Feminista: Conceitos e Tendências**. Maringá: Eduem, 2007.
- BOSI, A. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- KIRKWOOD, J. **El Feminismo como Negación Del Autoritarismo**. Santiago: Flacso, 1983.
- LARGO, E. 50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto. In: BLAY, E. A.; AVELAR, L. (Orgs.) **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.
- MORGANTE, M M. NADER, M. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **XVI Encontro Regional de História**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014.
- LOBO, L. **A literatura de autoria feminina na América Latina**. Registros do SEPLIC – Seminário Permanente de Literatura Comparada. Departamento de Ciência da Literatura, Faculdade de Letras, 1997.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ZOLIN, L. O. Estratégias de Subjetificação na Ficção Contemporânea de Mulheres: Exílio, Migração, Errância e Outros Deslocamentos. In: DALCASTAGNÈ, R.; LICARIÃO, B.; NAKAGONE, P.; (Orgs.) **Literatura e Resistência**. Porto Alegre: editora Zouk, 2018.